



História (São Paulo)

ISSN: 0101-9074

ISSN: 1980-4369

Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho

Antiqueira, Moisés

A abdicação de Vetranião (350 d.c.) e os resquícios do modelo Tetrárquico

História (São Paulo), vol. 37, e2018016, 2018

Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho

DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2018016>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221065094005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UNESP redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

A ABDICAÇÃO DE VETRANIÃO (350 D.C.) E OS RESQUÍCIOS DO MODELO TETRÁRQUICO

The abdication of Vetrano (AD 350) and the remains of the Tetrarchic model

Moisés
ANTIQUEIRA

 moisesantiqueira@gmail.com

Universidade Estadual do
Oeste do Paraná
Marechal Cândido Rondon,
PR, Brasil

RESUMO

O presente artigo se volta para o efêmero reinado de Vetranião (março a dezembro de 350), governante aclamado pelos soldados estacionados nas províncias da Ilíria. Elevado à púrpura em meio a um contexto de crise política que marcou o início da década de 350, Vetranião tem sido tradicionalmente retratado como um “usurpador” que ascendeu ao *imperium* a fim de atender aos interesses da dinastia constantiniana. Diante disso, este trabalho se assenta sobre um duplo viés: por um lado, buscar-se-á reavaliar o reinado de Vetranião a partir de dois tipos monetários emitidos pelo imperador. Por outro, será assinalada em que medida a ascensão de Vetranião pode ser pensada como uma experiência política cuja legitimidade teria sido construída sobre as bases do sistema tetrárquico forjado por Diocleciano meio século antes.

Palavras-chave: Vetranião, Constâncio II, numismática.

ABSTRACT

The paper deals with the short reign of Vetrano (March to December 350), a ruler acclaimed by the regional field army of Illyricum. Considering the political crisis that took place in the beginning of the 350's, Vetrano has usually been regarded as an “usurper” who was elevated to the throne to support the Constantinian house. Thus, the aim of the paper is twofold: on one hand, it attempts to reassess Vetrano's rule by analyzing two monetary types issued by his mints. On the other hand, it points out how his rise to power can be understood as a political experiment whose legitimacy had been built on the principles of the Tetrarchic system instituted by Diocletian half a century earlier.

Keywords: Vetrano, Constantius II, numismatics.

No dia primeiro de maio de 305, o imperador Diocleciano ordenou que soldados e oficiais militares se reunissem em um determinado local nos arredores de Nicomédia, na Bitínia. Discursando para a assembleia militar, ele anunciaria que abdicava do poder, forçando o outro *Augusto*, Maximiano, a igualmente fazê-lo. Diz Lactânio (*De mort. pers.* 19.3) que Diocleciano, adoentado, alegou que confiaria o *imperium* a homens “mais fortes” do que ele. Assim, pela primeira vez na história romana, um imperador abandonava a cena política de modo voluntário, retirando-se para um palácio localizado em Split, no litoral da Dalmácia.

Quatro décadas e meia mais tarde, um episódio similar teria se desenrolado. Conta-se que os imperadores Vetranião e Constâncio II encontraram-se em Naiso, na Dácia Mediterrânea, na data de 25 de dezembro de 350. Na ocasião, ambos se dirigiram aos respectivos exércitos que comandavam, os quais haviam sido ali postados. Diante dessa espécie de assembleia militar, Constâncio II teria proferido um discurso tão eloquente a ponto de persuadir os soldados de Vetranião a deporem suas armas. Em seguida, Vetranião teria formalmente abdicado de seu poder, ao passo que Constâncio II conceder-lhe-ia uma opulenta propriedade fundiária em Prusa (Bitínia), para onde Vetranião se recolheria e, ao que parece, viria a falecer seis anos mais tarde.¹

Entre os dois atos de abdicação, situava-se a dinastia constantiniana. Não nos cabe examinar os pormenores que dizem respeito à formação dos vários colegiados imperiais que se seguiram nos anos posteriores ao final da chamada Primeira Tetrarquia, encerrada, pois, com o ato de Diocleciano em 305. Salientemos, todavia, que entre aquele ano e 350 não houve um único período sequer em que o *imperium* tivesse sido exercido por somente um soberano. Ao término das guerras civis que opuseram Constantino e Licínio em 324, a sociedade romana ainda se situaria sob a égide de vários e simultâneos *purpurati*, no seio de um arranjo orientado, porém, para um indivíduo apenas. Isto é, Constantino dispunha da condição superior de *Augusto*, ao passo que seus três filhos – e, entre 335 e 337, também um de seus sobrinhos-netos – usufruíam de autoridade, enquanto *Césares*, sobre diferentes partes do Império. Tamanha partilha do poder haveria de se sustentar sobre laços de sangue, ao contrário do modelo tetrárquico formulado por Diocleciano, em que a associação entre os *imperatores* se fundamentava sobre os méritos militares de cada um;² sendo assim, Constantino privilegiou o preceito da sucessão hereditária comumente observado na história romana desde a época dos Júlio-Cláudios (FRAKES, 2006, p. 95).

Desse modo, o exercício colegiado do poder na primeira metade do século IV oscilava entre a existência de uma clara hierarquia e subordinação entre os corregentes (vide os exemplos da Primeira Tetrarquia ou de Constantino e seus familiares) e uma relação mais ou menos paritária e horizontal – como nos casos envolvendo Constantino e Licínio entre 313 e 324 (embora permeada por confrontos entre ambos e pelo fortalecimento da posição de Constantino a partir de 317), bem como da “diarquia” entre Constâncio II e Constante na década de 340.

No entanto, em janeiro de 350 novos agentes emergiriam para o primeiro plano da política imperial. No dia 18 daquele mês, altos funcionários civis e parte dos oficiais militares que encabeçava as tropas galo-romanas aclamaram Magnêncio como *Augusto*, na cidade de Autun. À época, o território imperial era governado por dois dos filhos de Constantino: o mais velho dentre eles, Constâncio II, administrava as províncias a Oriente e, naquele momento, voltava suas atenções para a Mesopotâmia romana, dado que o importante centro urbano de Nísibis havia sido sitiado mais uma vez pelos persas. Por seu turno, a Constante competia governar os dois terços restantes do território imperial, situados no Ocidente, abrangendo assim toda a fronteira renana e boa parcela do *limes* danubiano. Entretanto, após a eclosão da revolta de Magnêncio, Constante seria assassinado pelos partidários do rebelado.

Em poucas semanas, a maioria das províncias ocidentais foi controlada por Magnêncio. Em fins de fevereiro de 350, o novo imperador havia consolidado sua posição nas áreas do Reno, ao passo que seus apoiadores rapidamente asseguraram o controle do norte da Itália e de outras áreas no interior da península. Contudo, em primeiro de março, as forças militares do Ilírico aclamaram seu comandante (*magister peditum per Illyricum*), de nome Vetranião, como imperador. Os territórios sob domínio de Vetranião correspondiam, grosso modo, às regiões abarcadas pela prefeitura do pretório da Ilíria, abrangendo as dioceses da Panônia, da Dácia e da Macedônia.

Assim sendo, a partir de março de 350 o mundo romano contava com três imperadores: Magnêncio, à frente da maior parte das regiões ocidentais, incluindo a Itália; Vetranião, na Ilíria; e Constâncio II, cuja autoridade recaía diretamente sobre o Oriente. Para nossos propósitos, interessa-nos questionar, por ora, os motivos que subjazem à elevação de Vetranião. Isto nos conduz ao tópico a seguir.

Vetranião, o leal usurpador

As fontes literárias tardo-antigas, assim como a crítica historiográfica contemporânea, tomam Vetranião como um “usurpador”, de maneira que o poder imperial competiria, de forma “legítima”, a Constâncio II. Nesses termos, a abdicação e o exílio de Vetranião, cuja vida havia sido poupada por Constâncio II, destoavam daquilo que Gilvan V. da Silva (1996, p. 74) define como o “padrão de gerenciamento que predominou [na Antiguidade romana] no caso das usurpações”: quer dizer, o emprego da força física a fim de eliminar rivais, efetivos ou presumidos, que porventura disputassem o *imperium*. Deste modo, o desfecho da revolta de Vetranião assume feições deveras surpreendentes. O caráter singular do evento conduz, logo, à conclusão de que o relato tradicional acerca da abdicação do imperador obliteraria a verdadeira natureza da rebelião em si: ou seja, Vetranião havia tomado o poder devido a uma trama orquestrada em benefício do filho de Constantino,³ algo que esclareceria por qual motivo Constâncio II poupou a vida de seu adversário, permitindo-lhe que passasse o restante de seus dias sem maiores tribulações.

Dito de outra maneira, os vestígios relativos à abdicação de Vetranião condicionam o modo pelo qual se atribuem sentidos ao reinado do imperador em questão – algo que

se soma, igualmente, à escassez de informações acerca dos dez meses em que Vetranião exerceu o poder na Ilíria. É por isso que autores como David Hunt (1998, p. 15-17) asseguram que a aclamação de Vetranião deve ser compreendida “as a *loyalist move aimed at countering any extension of Magnentius’ empire*”; tratar-se-ia, em suma, de um “golpe dinástico”, do que a deposição perante os soldados “reforçaria a impressão” de que Vetranião figurou como um “conveniente instrumento” a serviço da casa constantiniana. Essa *communis opinio* historiográfica se observa também em Timothy D. Barnes (1993, p. 101), que argumenta que a aclamação de Vetranião por parte de seus comandados, em face do avanço do exército de Magnêncio rumo à Ilíria e escudada pelo auxílio oferecido pela irmã de Constâncio II, visava somente prevenir a eclosão de um movimento similar ao de Magnêncio, isto é, de uma revolta que efetivamente desafiava a autoridade de Constâncio II.

Trabalhos especificamente voltados para a análise dos processos de usurpação que tiveram lugar durante a Antiguidade Tardia também corroboram, geralmente, tal panorama. É o caso, por exemplo, do estudo de Sandra Seibel (2004). A autora classifica Vetranião como “instrumento da dinastia reinante”, pois que, ao contrário de Magnêncio, não configuraria real ameaça à posição de Constâncio II (SEIBEL, 2004, p. 13-14). Ainda que Vetranião se posicionasse como pretendente ao poder imperial, a iniciativa pela rebelião teria competido a Constantina e Vulcácio Rufino, então prefeito pretoriano da Ilíria, que agiram tendo em vista os interesses da dinastia constantiniana, de modo que a Vetranião caberia apenas a condição de “regulador” das tensões envolvendo Magnêncio e Constâncio II (SEIBEL, 2004, p. 97).

Diante do exposto, julgo pertinente salientar três aspectos. Em primeiro lugar, a ascensão de Vetranião é forçosamente entendida em paralelo à aclamação de Magnêncio. De fato, parece inegável que ambas as ações guardem relação entre si. No entanto, se Vetranião tomou o poder a fim de impedir o avanço das legiões de Magnêncio ou para garantir que a soldadesca no Ilírico não aderisse à causa daquele e se mantivesse leal à dinastia de Constantino, torna-se difícil aclarar por qual razão 40 dias se passaram entre as elevações de Magnêncio e Vetranião (DRINKWATER, 2000, p. 147).⁴ Zósimo (2.42.4) informa que destacamentos das forças de cavalaria estacionadas na Ilíria haviam apoiado o movimento liderado por Magnêncio. Mesmo que desconsideremos a passagem reportada por Zósimo, soa contraproducente supor que se levassem quase seis semanas para que as notícias sobre Magnêncio fossem de conhecimento da burocracia civil e militar residente nas cidades ilíricas.

Mais importante ainda, John F. Drinkwater (2000, p. 148) questiona a hipótese de que a ação de Vetranião teria impossibilitado a passagem das tropas de Magnêncio rumo às províncias danubianas. Na verdade, comunidades itálicas próximas às regiões ilíricas (caso de Aquileia, por exemplo) se listavam entre aquelas que deram suporte ao novo *Augusto* ocidental desde os primeiros tempos de seu reinado. Uma extensão do poder de Magnêncio em direção à Panônia, a partir do extremo nordeste da Península Itálica, configurava uma possibilidade real, independente de eventuais ações que Vetranião pudesse empreender. Por

isto, Drinkwater conclui que Magnêncio e seus oficiais não objetivavam assenhorear-se de todo o território anteriormente administrado pelo falecido Constante.⁵

Em segundo lugar, faz-se oportuno enfatizar que Constâncio II jamais reinara sobre as áreas ilíricas. Embora fosse, por coincidência, natural da Ilíria – nascido em agosto de 317 na cidade de Sirmio –, ao que parece Constâncio II não dispôs de grandes vínculos com tal região do Império. Sua elevação ao *cesarado* deu-se em novembro de 324, em Nicomédia; aos 16 anos, o imperador já havia se estabelecido no Oriente, escolhido por seu pai para representá-lo junto à fronteira persa.⁶ Reputo, pois, que se trata de um equívoco avaliar que, depois da morte de Constante, o exército ilírico-romano naturalmente houvesse de se mostrar leal a Constâncio II. A despeito de perspectivas, de matriz bíblico-judaica, que faziam do poder imperial um patrimônio da família constantiniana, o processo de legitimação do soberano não se desenrolava em termos unidirecionais – para não mencionar o fato de que essa retórica patrimonialista emanava de indivíduos que pertenciam às cortes de Constantino e de seus filhos.⁷

Dessa forma, a emergência de novos postulantes à púrpura, no ano de 350, relacionava-se com uma fraqueza estrutural inerente às estruturas de poder forjadas por Diocleciano e Constantino (FRAKES, 2006, p. 100, 103). Quer dizer, o sistema colegiado de poder – quer se pautasse tanto nos predicados militares (Primeira Tetrarquia), quanto nas relações consanguíneas (sob Constantino) – manter-se-ia estável somente na medida em que houvesse um imperador que desfrutasse de sólida posição e autoridade, a encimar-se sobre os demais.

Finalmente, as fontes literárias que se voltaram para a questão responderam, basicamente, ao desafio de conferir inteligibilidade não à revolta em si, mas antes ao incomum desfecho do reinado de Vetranião. Por conta disso, opto por privilegiar um conjunto de evidências de natureza distinta: amoedações produzidas em Siscia, onde se encontrava um dos ateliês monetários sob a autoridade de Vetranião entre março e dezembro de 350.

A emissão de moedas em nome de Vetranião configura, por si só, um dado relevante. Todo indivíduo que reivindicasse o *imperium* buscava controlar as casas monetárias localizadas nas regiões em que exercesse sua potestade. Para Clifford Ando (2000, p. 215-216), isso ilustrava o quão corrente era a noção de que a cunhagem de moedas consistia em um meio pelo qual as cortes imperiais poderiam publicizar seus interesses políticos mais imediatos e, tão importante quanto, tornava possível remunerar os soldados por intermédio de numário que portasse, pois, os nomes e os bustos dos governantes a quem as tropas deveriam jurar fidelidade. Além disso, Olivier Hekster (2011, tradução nossa) adverte que “o poder imperial era assinalado por meio da cunhagem imperial. As imagens nas moedas tanto refletiam tal poder como de alguma forma também o definiam e construíam-no [...]. [Mas golpes de Estado] fracassam sem posterior apoio militar. Criar imagens do poder não era suficiente sem apoio armado”.

A necessidade premente de garantir apoio militar auxilia-nos, de imediato, na compreensão das duas séries monetárias selecionadas para o presente artigo. Os reversos ostentam,

respectivamente, as legendas *CONCORDIA MILITVM* e *HOC SIGNO VICTOR ERIS* e teriam sido batidas nos meados do ano de 350. A escolha de ambas se deve ao fato de que foram igualmente cunhadas para Constâncio II e, ao mesmo tempo, por contemplarem alguns elementos iconográficos pouco usuais, o que confere certa originalidade a tais moedas.⁸

Nesses termos, apresentemos a seguinte peça:

Figura 1.1. Denominação: *Maiorina*⁹ – Diâmetro: 22 mm – Referência: RIC VIII 281.



Fonte: http://www.wildwinds.com/coins/ric/vetranio/_siscia_RIC_281.jpg

Sob permissão de wildwinds.com, ex Freeman & Sear – Mail Bid Sail 11, Lote 456.

Descrição da iconografia

Anverso: D N VETRA_NIO P F AVG.

A legenda atesta a titulação de Vetranião, isto é, *Augusto*. O busto do imperador representa-o com barba e cabelos curtos, à maneira militar. Voltado à direita, o busto mostra-se laureado, couraçado e drapeado.

Reverso: *CONCORDIA_MILITVM*.

O reverso contém uma figura com indumentária militar, voltada à esquerda. Em ambas as mãos, porta um lábaro, quer dizer, o estandarte militar encimado pelo cristograma ou sinal de Constantino (☩). No exergo, lê-se a inscrição Δ SIS, ladeadas por um ponto e uma estrela: trata-se da marca de identificação do local de cunhagem (Siscia), ao passo que a letra grega “delta” remete à quarta *officina monetae*, responsável pela confecção da moeda.

Outra estrela se nota por cima da cabeça da figura estampada no reverso. Por fim, a presença da letra “A” se observa à esquerda no campo, tanto no anverso quanto no reverso: por meio disto, atestava-se o valor da moeda (SELLARS, 2013, p. 562).

Lancemos luz sobre mais um exemplar:

Figura 1.2. Denominação: *Maiorina* – Diâmetro: 21 mm – Referência: RIC VIII 284.



Fonte: <https://www.cngcoins.com/Coin.aspx?CoinID=59860>

© Classical Numismatic Group

Descrição da iconografia

Anverso: D N CONSTAN_TIVS P F AVG.

Reverso: CONCORDIA_MILITVM.

De imediato, salientemos as diferenças iconográficas entre as Figuras 1.1 e 1.2: o anverso apresenta um busto de Constâncio II imberbe, com aspecto assaz jovial, mesmo estilizado. Ademais, a efígie contém um signo comum às realezas na orla mediterrânica, qual seja, o diadema (no caso, perolado e com gema frontal). Os ícones presentes no reverso são rigorosamente os mesmos que se notam na cunhagem em nome de Vetranião, com exceção do exergo, cuja inscrição se faz acompanhar por dois pontos.

Ora, o fato de as casas monetárias sob a autoridade de Vetranião terem cunhado moeda para Constâncio II não pode senão ser tomado como algo significativo. Mas em qual sentido? Alan Dearn (2003) sustenta, justamente, a hipótese de que as diferenças iconográficas entre os retratos de Vetranião e Constâncio II manifestariam um deliberado discurso de subordinação do primeiro perante o segundo. As nítidas distinções entre os

bustos presentes nas Figuras 1.1 e 1.2, escreve Dearn (2003, p. 179), resultavam da forma como “Vetranião desejava ser visto em relação a Constâncio II”. Essas diferenças sumarizam-se por meio de dois elementos principais. O primeiro diz respeito à ausência de semelhança entre as efígies que estampam os anversos. Constâncio II denota aparência pouco natural, quase abstrata, retratado à maneira da família constantiniana, com destaque para o nariz aquilino e a ausência de barba. Logo, tratava-se de uma forma de representação consoante com a iconografia dinástica dos Constantinianos, cujas características foram razoavelmente definidas por volta de 310, após o falecimento de Maximiano.¹⁰

Por outro lado, continua Dearn, os *regalia* utilizados para Constâncio II e Vetranião, respectivamente o diadema perolado e a coroa de louros, exprimiriam uma consciente relação de subordinação entre ambos. A partir de 325 – quando Constantino já governava na condição de único *Augusto*, depois da vitória obtida sobre Licínio em Crisópolis –, o diadema passaria a configurar o símbolo por excelência do soberano dotado de maior autoridade, relegando-se a coroa de louros às representações iconográficas dos *Césares*, quais sejam, dos filhos de Constantino, até o falecimento deste em maio de 337 (DEARN, 2003, p. 181).

Nesses termos, Dearn (2003, p. 181-182) conclui que os bustos de Vetranião, como observados nos anversos da série CONCORDIA MILITVM, visavam salientar a posição inferior daquele, uma vez que não contavam com os traços próprios da dinastia constantiniana. Estaríamos diante de um modo de (auto)representação por meio do qual se asseverava a impossibilidade de Vetranião no sentido de comungar uma “ideologia de coesão dinástica”, expressa nos anversos das moedas produzidas para Constâncio II mediante determinadas características físicas e pelo emprego do diadema. Em suma, a ausência de *similitudo* entre os bustos de Vetranião e Constâncio II proclamaria a relação desigual e de subordinação entre ambos os *purpurati*.

Em que pese a fundamentação dos argumentos formulados por Dearn, julgo que seja plausível conferir outro significado à inexistência de *similitudo* entre as efígies apresentadas e ao potencial discurso que transmitiam. Para tanto, recorro a peças cunhadas em três momentos distintos: nos primórdios da diarquia de Diocleciano e Maximiano na década de 280, sob Magnêncio (ou seja, em época simultânea ao reinado de Vetranião) e, finalmente, sob Juliano depois de sua aclamação como *Augusto*.

Iniciemos com os diarcas. *Aurei* cunhados em Lyon, provavelmente no ano de 286, continham bustos de Diocleciano no anverso e de Maximiano no reverso.¹¹ A cunhagem dos dois retratos em uma mesma peça, somada a um estilo semelhante de composição (os dois ostentam barba e cabelos curtos, a coroa de louros e indumentária militar), pode ser lida nos termos da ideologia da *concordia* promovida à época. Ao mesmo tempo, os traços físicos dos soberanos são claramente diferenciados (testa, bochecha, nariz, olhos), a fim de enfaticamente distingui-los entre si. Dessa forma, realçava-se uma *similitudo* dos soberanos no que respeitava às virtudes que se associariam a ambos; por seu turno, “[...] a falta de *similitudo* naquelas características [físicas] serve para confirmar a ausência de *consanguinitas* entre os imperadores” (REES, 2002, p. 58-60, tradução nossa).

Faz-se oportuno mencionar que os áureos batidos em Lyon denotam um momento prévio do emprego do “ideal de similaridade” nas formas artísticas que marcaram o período tetrárquico. Hans P. L’Orange (1972, p. 46-47) ensina que as modalidades de representação dos diarcas/tetrarcas passaram a se definir por uma crescente busca pela perfeita *similitudo* que incidia, inclusive, sobre os traços fisionômicos, a indumentária e os gestos de cada um dos governantes. Porém, essa noção pervasiva de *similitudo* teve por ponto de partida o ano de 287, quando os *Augustos* ostentariam os epítetos de “Jóvio” (Diocleciano) e “Hercúleo” (Maximiano), de modo que deixaram de celebrar o *dies natalis* em função da data em que haviam efetivamente nascido e passaram a fazê-lo em conjunto, motivados pela adoção divina da qual ambos teriam sido objeto. A personalidade individual dos governantes cederia lugar à origem divina em comum (L’ORANGE, 1972, p. 47, 50).

Ora, as Figuras 1.1 e 1.2 contemplam, a meu ver, algo similar àquilo apontado por Roger Rees no que concerne aos áureos produzidos em Lyon. A deliberada ausência de semelhança entre os bustos de Vetranião e Constâncio II ratificava uma situação da qual todo habitante no Ilírico haveria de estar ciente, qual seja, a inexistência de laços consanguíneos entre os dois imperadores. Vetranião e sua corte, logo, tinham de alicerçar a imagem pública do governante sobre bases outras que não a ligação dinástica com Constâncio II ou qualquer outro membro da família de Constantino.

Por sua vez, remetamo-nos às amoedações de Magnêncio e à questão do uso do diadema. Tal como nos casos de Vetranião e Constâncio II, as peças emitidas nos centros ocidentais sob domínio de Magnêncio sempre contaram com legendas que o identificavam como *Augusto*. Todavia, somente uma série bastante excepcional – cujo reverso trazia a inscrição FELICITAS REIPVBLICE – representou Magnêncio portando o diadema. Tal emissão restringiu-se ao ano de 350 e a um contexto específico, isto é, às tratativas do usurpador gálico junto a Constâncio II no sentido de obter o reconhecimento de seu poder imperial.¹²

Destaque-se, logo, a natureza incomum da série FELICITAS REIPVBLICE. Entendo que o caráter pontual e pouco usual desse tipo de amoedação ressalte a busca por se constituir uma imagem pública de Magnêncio que também o distinguisse de Constâncio II nas regiões ocidentais do Império. Isso condiz com uma observação feita por Jean-Pierre Callu (1992, p. 60-61) de que as representações de Magnêncio projetavam a ideia de um soberano que se contrapunha à noção de monarquia hereditária associada no Ocidente às figuras de Constante e Constâncio II. Assim se esclareceria, ainda segundo Callu, a recusa de Magnêncio diante do título *Dominus Noster* – ao menos no começo de seu reinado – e o reforço da imagem de *liberator romanorum*, como atestam as cunhagens lançadas em nome do usurpador nas Gálias.

Por sua vez, Maxime Emion (2017) recorda que, depois de Magnêncio, todos os soberanos classificados como “usurpadores” emitiram peças cujos bustos ostentavam o diadema. O quadro que se estabelece, portanto, é o seguinte: em 350, dos três *Augustos* que governavam alguma área do Império, dois careciam de ligação familiar com Constantino e produziram

moedas cujos aversos, de variadas maneiras, visavam diferenciá-los em relação a Constâncio II. A ausência do diadema, no caso concernente a Vetranião, e a utilização assaz restrita, no caso de Magnêncio, inclinam-me a considerar que no início da década de 350 o diadema ainda fosse encarado como símbolo associado ao exercício de um poder dinástico (constantiniano) o qual, por conseguinte, excluía de antemão comandantes militares como Magnêncio e Vetranião. Tratar-se-ia, até aquele momento, de um signo comum aos *Augustos* que descendessem de Constantino.

Em terceiro lugar, voltemo-nos para as moedas de Juliano. Eric R. Varner (2012) analisa as alterações que se notam nas diferentes formas de representação acerca do imperador, desde a sua elevação ao *cesarado* até sua morte na campanha contra os persas em 363. Quando de sua aclamação como *Augusto* em fevereiro de 360, os ateliês monetários nas Gálias (Arles, Lyon e Trier) mantiveram o busto imberbe do soberano, próprio da “concepção constantiniana” tal como apontada no que tangia ao primo dele, Constâncio II. Os elementos presentes nas cunhagens em nome dele caracterizavam-se por convenções iconográficas comuns à dinastia constantiniana, a fim de acentuar a ideia de *similitudo* entre os familiares e corregentes do Império. Nesse ensejo, os retratos de Juliano e Constâncio II haviam se tornado quase indistinguíveis. Isso desnudaria o propósito de se produzir imagens que seriam “[...] decididamente não confrontacionais e que mantêm uma ideia fictícia de colaboração [...] entre Juliano e Constâncio II” (VARNER, 2012, p. 184, tradução nossa).

Porém, com o avanço de Juliano e suas tropas rumo à Itália e ao Ilírico, verificar-se-ia uma alteração. Lugares como Lyon, Arles, Sírmio e Tessalônica passaram a cunhar moedas cujos aversos apresentavam a efigie de Juliano com uma aparência mais militarizada, algo que se notava em especial mediante a barba curta,¹³ ao que Varner (2012, p. 186) reputa como uma tentativa de Juliano de remeter-se à figura de Cláudio, o Gótico, pretense fundador da dinastia constantiniana. Assim sendo, a vinculação entre Juliano e o “imperador-soldado” tido por seu ancestral visava “consolidar uma genealogia imperial alternativa” para o então rival de Constâncio II. A fim de diferenciar-se de seu primo, a imagem pública de Juliano foi moldada com o objetivo de enfatizar uma mensagem militarizante e que remontasse a tradições anteriores a Constantino (VARNER, 2012, p. 186-187).

Diante do exposto, concluamos este tópico. Exemplos anteriores, simultâneos e posteriores ao reinado de Vetranião permitem, a meu ver, sustentar a perspectiva de que o distanciamento do imperador em relação às convenções figurativas de matriz “constantiniana” ressaltava o fato de que os fundamentos da legitimidade do poder exercido por Vetranião seriam necessariamente distintos daqueles de Constâncio II. Não poderia existir semelhança de ordem fisionômica entre dois governantes que não mantinham vínculos de parentesco entre si.¹⁴ À guisa de ilustração, a partir do momento em que o numário de Juliano conota seu afastamento em relação à imagem de Constâncio II, promovia-se uma noção de rompimento do jovem *Augusto* no tocante aos laços de sangue mais imediatos: daí que se resgassem os traços comuns aos retratos de Cláudio, o Gótico e outros “imperadores-soldados” das últimas três décadas do século III. A meu ver, as amoedações de Vetranião

havia antecipado em uma década essa perspectiva de legitimação mediante reminiscências do passado pré-constantiniano. Dessa maneira, se tais cunhagens tivessem por objetivo expressar publicamente o alinhamento de Vetranião em defesa de Constâncio II, como querem Dearn¹⁵ e Sellars, os anversos das moedas teriam de alguma forma de se aproximar, e não se dissociar, dos padrões utilizados para Constantino e seus filhos.

“Sob este signo vencerás”: Vetranião *imitator Constantini*?

O tipo monetário com o reverso “sob este signo vencerás” corresponde, muito provavelmente, àquele que mais suscita debate entre historiadores e numismatas. John P. C. Kent (1981, p. 344) esclarece que as moedas de bronze de Vetranião foram lançadas em um segundo momento de seu reinado; após sua proclamação, foi emitida uma série de *solidi* – moedas de ouro – a qual havia sido produzida apenas em seu nome. Mais importante ainda, se tratava da primeira vez em que foi introduzida no numário a legenda em questão – que remetia, pois, ao sonho que Constantino teria tido às vésperas da batalha da Ponte Mílvio (Euseb., *Vit. Const.* 1.28). Assim, vejamos:

Figura 2.1. Denominação: *Maiorina* – Diâmetro: 21.2 mm – Referência: RIC VIII 287.



Fonte: <http://www.forumancientcoins.com/catalog/roman-and-greek-coins.asp?zpg=1140>

Sob permissão do website Forum Ancient Coins

Descrição da iconografia

Anverso: D N VETRA_NIO P F AVG.

O busto de Vetranião obedece às convenções presentes na Figura 1.1: retrata-se o imperador laureado, drapeado e couraçado. Ao lado esquerdo do campo, temos a letra “A” e, ao lado direito, insere-se uma estrela.

Reverso: HOC SIG_NO VICTOR ERIS.

O imperador, voltado à esquerda e trajado com vestes militares, empunha o lábaro na mão esquerda, ao passo que sua mão direita carrega um cetro transversal. A segunda figura incluída no reverso é a deusa Vitória, a coroar o imperador. Note-se, no caso dessa peça, que a divindade foi retratada em tamanho ligeiramente menor se cotejada com o imperador. Ademais, a deusa emerge conforme os padrões que lhe eram comumente associados ao longo da bacia do Mediterrâneo: quer dizer, portando objetos vinculados à noção de vitória, de conquista militar (a coroa de louros e a palma) e alada. Por fim, temos novamente a letra “A” à esquerda no campo e, no exergo, lê-se a inscrição ΔSIS entre dois pontos.

Figura 2.2. Denominação: *Maiorina* – Diâmetro: 22 mm – Referência: RIC VIII 287.



Fonte: <https://www.cngcoins.com/Coin.aspx?CoinID=78237>

© Classical Numismatic Group

Descrição da iconografia

Anverso: D N CONSTAN_TIVS P F AVG.

O mesmo contraste já salientado entre as Figuras 1.1 e 1.2 se repete nessa série. O campo é preenchido com elementos já identificados por conta da Figura 2.1, enquanto que o busto de Constâncio II foi elaborado de acordo com a iconografia pertinente à dinastia constantiniana.

Reverso: HOC SIG_NO VICTOR ERIS.

O reverso apresenta os ícones descritos na Figura 2.1, exceção feita ao exergo, onde se insere a legenda ESIS, entre um ponto e uma estrela. A letra grega “épsilon” no exergo sinaliza a quinta oficina monetária de Siscia. Detalhe interessante se verifica no fato de o imperador e a deusa, nessa peça, disporem de tamanho equivalente entre si.

Apesar da inaudita inscrição, seu emprego não conheceria grande fortuna. Após a abdicação de Vetranião, os ateliês de Siscia, Sírmio e Tessalônica elaboraram esse tipo monetário para Constâncio II e seu primo, Constâncio Galo, aclamado *César* em março de 351 (BRUCK, 1961, p. 44). No entanto, uma vez eliminado Magnêncio em setembro de 353, a legenda e igualmente o sinal de Constantino desapareceriam das emissões efetuadas nas regiões orientais (BRUUN, 1997, p. 53) e, acrescenta Tiphaine Moreau (2015, p. 168), se tornariam demasiado raros a Ocidente do Império. Isso se explicaria em razão de a propaganda emanada pela corte de Constâncio II procurar vincular o imperador à memória de seu pai no seio de uma disputa em que se ansiava transmitir a ideia de uma oposição entre o “verdadeiro sucessor” de Constantino, o cristão Constâncio II, e o “tirano” regicida, o “pagão” Magnêncio – o qual, aliás, também lançou mão do cristograma em suas amoedações no Ocidente (PIETRI, 1997, p. 315-316).

Cabe registrar que as casas monetárias de Siscia, Sírmio e Tessalônica foram justamente aquelas que emitiram moeda em nome de Constâncio II durante a permanência do filho de Constantino nas regiões ilíricas, devido à guerra contra Magnêncio. Em suma, as emissões ao tempo do conflito civil privilegiaram “tipos de combate de natureza cristã”, por intermédio dos quais Constâncio II proclamava a intenção de defender sua linhagem (PIETRI, 1997, p. 315-316); uma vez, entretanto, que o confronto bélico alcançou seu termo, esse conjunto iconográfico foi abandonado, como apontado no parágrafo anterior.¹⁶

Resta, portanto, o fato de esse tipo monetário ter sido originalmente elaborado durante o reinado de Vetranião. Patrick Bruun (1997, p. 53) não hesita em afirmar que a cunhagem de Vetranião, ao veicular a sentença eusebiana, evidenciava a natureza da sublevação ocorrida na Ilíria, orquestrada como forma de apoiar Constâncio II em sua luta contra Magnêncio. Isto se reforçaria mediante a presença do lábaro, como visto nos reversos de todas as figuras inseridas no presente artigo: tal signo desvelaria as “claras bases cristológicas” sobre as quais se apoiavam as amoedações de Vetranião, no interior de um processo que, na verdade, teria se iniciado com determinadas moedas produzidas para Constante em Siscia e em Aquileia no final da década de 340 (BRUUN, 1997, p. 43, 48).

Por sua vez, Kay Ehling (2001, p. 153) insinua que o numário de Vetranião, além de sinalizar “um claro compromisso com o cristianismo”, veicularia elementos diretamente relacionados à *persona* do soberano: baseando-se em Eutrópio (10.10.2), que define Vetranião como *grandaevus* quando de sua elevação à púrpura, Ehling conclui que o imperador teria idade entre 60 e 70 anos, propondo, assim, que o antigo *magister peditum* “presumivelmente” participou da batalha da Ponte Milvio na condição de jovem soldado, de modo que os símbolos associados à vitória de Constantino sobre Maxêncio lhes diriam respeito de forma particular.

Por certo, poder-se-ia estabelecer uma leitura de matriz religiosa ao constatar-se a presença do lábaro e da inscrição HOC SIGNO VICTOR ERIS. Autoras como Travaini (2007, p. 14), por exemplo, esclarecem que até o final do século IV o lábaro consistia no único signo de origem cristã a surgir nas emissões monetárias imperiais. Todavia, isto não implicava forçosamente que assim fosse compreendido pelo público receptor, na medida

em que inserir-se-ia ao lado de símbolos de natureza pagã. Somente a partir de Teodósio II, na primeira metade do século V, é que a cunhagem assumiria roupagem largamente cristã, com predominância, sobremaneira, da utilização da cruz.

A despeito disso, penso que a presença de tais símbolos nas moedas emitidas por Vetranião dispusesse de conotação militar – de conquista “divinamente inspirada”, para usarmos os termos de Bruun (1997, p. 42) –, por meio dos quais se estabelecia uma apropriação da memória de Constantino ou, mais propriamente, de sua vitória sobre Maxêncio em 312.

Para tanto, retomemos a perspectiva da *similitudo*. Ao contrário dos anversos, os reversos das séries CONCORDIA MILITVM e HOC SIGNO VICTOR ERIS guardam grande semelhança entre si. Apesar disso, pautando-se na ideia de que os anversos das figuras 1 e 2 fomentariam um discurso de subordinação por parte de Vetranião, Dearn (2003, p. 189) sentencia que a figura imperial retratada nos reversos não poderia ser outra senão Constâncio II. Os ateliês monetários sob a autoridade de Vetranião teriam promovido, logo, a percepção de uma vitória eminente de Constâncio II sobre Magnêncio, tal como o pai dele havia obtido diante de Maxêncio quase quatro décadas antes, a qual se aludia por meio da inscrição tornada célebre por Eusébio de Cesareia.

A argumentação desenvolvida por Dearn se alicerça, como demonstrado, na hipótese de que a ausência de *similitudo* entre os anversos conotaria a inferioridade de Vetranião em relação a Constâncio II, algo do que discordamos, como indicado anteriormente. De fato, as evidências numismáticas assinalam que a suplantação da dinastia constantiniana não se situava no horizonte mais imediato de Vetranião e dos oficiais e funcionários civis que lhe deram suporte no Ilírico. O que não significa dizer, pois, que as amoedações de bronze por ora analisadas veiculassem uma ótica de subordinação. A notável semelhança entre os reversos salientava, a meu ver, a ideia de que Vetranião e Constâncio II partilhavam de igual virtude e, portanto, ambos se situariam como soberanos capazes de proporcionar as benesses da vitória para o proveito da *res publica*.

Como diz Moreau (2015, p. 164-165), as mais variadas formas de legitimação do poder vieram à tona em 350, entre as quais se destacariam as aproximações com a figura de Constantino. A presença do lábaro nas moedas de Magnêncio e Vetranião sublinhavam, “senão uma continuidade religiosa, no mínimo uma filiação política com Constantino”. Nesse contexto de crise política e militar, os signos do poder constantiniano revelar-se-iam um mecanismo tanto para a consolidação do *imperium* (Magnêncio e Vetranião) quanto para salvaguardá-lo (Constâncio II), de maneira que “o lábaro se torna um tópico padrão da iconografia monetária” (MOREAU, 2015, p. 171, 184).

Portanto, a presença dos sinais de Constantino não deve ser necessariamente tomada como expressão da religião professada por Vetranião. Trata-se, antes, de uma remissão às benesses com a qual o deus cristão teria agraciado o vencedor da batalha da Ponte Milvío. As moedas emitidas em nome de Vetranião circulavam, em boa medida, entre os seus soldados, os quais viam com bons olhos a possibilidade de contar com uma deidade ao seu lado, a exemplo do que teria ocorrido com Constantino e suas tropas (WHITBY, 2006,

p. 178). Logo, fomenta-se um discurso em que a associação entre Vetranião e Constâncio II, assentada sobre a memória da vitória obtida por Constantino em 312, tornaria possível suplantar a “tirania” de Magnêncio.

Deste modo, estou de acordo com López Sánchez (2002, p. 48) quanto à possibilidade de que as Figuras 1.1 e 2.1 propagassem a mensagem de que Vetranião promovia os valores regionais de autonomia e defesa aos quais os soldados ilírico-romanos se apegavam – diante, acrescento, de um novo soberano nas áreas ocidentais (Magnêncio) e de um imperador no Oriente com quem não mantinham relação direta, mas que dispunha de ascendência preclara (Constâncio II). As remissões a Constantino que se veem nos reversos das Figuras 1.1 e 2.1 fazem de Vetranião um *imperator* capaz de suceder a Constantino e Constante no Ilírico, ao passo que transmitiam a ideia de associação e partilha do poder com Constâncio II (Figuras 1.2 e 2.2). Em suma, tais moedas sugerem continuidade, a qual, no entanto, não se sustentava sobre laços dinásticos.¹⁷

A abdicação de Vetranião e o peso das relações dinásticas

Nesses termos, julgo que a revolta de Vetranião consistiu em uma solução para o vácuo de poder que se verificou no Ilírico após a morte de Constante. Assim sendo, as aclamações de Magnêncio e Vetranião devem ser compreendidas como um novo capítulo no que dizia respeito à sucessão de Constantino, trazendo a lume as fragilidades estruturais do arranjo dinástico delineado no ano de 337. A guerra civil entre Constantino II e Constante em 340 e as tensões de ordem política e religiosa que marcaram as relações entre Constâncio II e Constante ao longo da década de 340 já haviam exposto a fraqueza de um sistema carente de um imperador dotado de autoridade inconteste. Constantino havia falecido em maio de 337 sem que houvesse designado outro *Augusto* para além dele. Treze anos mais tarde, as elevações de Magnêncio e Vetranião acrescentariam outro elemento a tal quadro, em que a partição do poder imperial envolveria indivíduos que não pertenciam à dinastia constantiniana.

Por sua vez, ressaltem-se a autonomia e capacidade decisória do exército ilírico-romano ao escolher Vetranião como imperador (LÓPEZ SÁNCHEZ, 2002, p. 48), o que nos impele a pensar nos termos do longo processo de regionalização e de partilha do *imperium* que remontava ainda ao século II. Empregando as palavras de Renan Frighetto (2014, p. 23-24), proponho que Vetranião reuniu “em torno de si mesmo [...] a ideia e a prática da defesa da unidade romana na área [...] sob sua dominação e hegemonia”.

No seio desse processo multiforme ao qual se refere Frighetto, há um fator que considero de grande relevância. É corrente a ideia de que os *virii militares* revelar-se-iam mais afeitos aos princípios dinásticos, na medida em que a continuidade da casa reinante reverberaria na manutenção de seus próprios interesses materiais.¹⁸ Mas, como disserta Brizzi (2004, p. 331, 342), entre as transformações que caracterizaram o exército romano a partir da segunda metade do século III, enumerava-se a constituição de um vértice no seio da hierarquia militar formado por oficiais naturais e/ou relacionados com as áreas panônicas que não nutriam

grande simpatia pelos mecanismos dinásticos de transmissão do poder imperial, visto que tal os excluía, *a priori*, do exercício do *imperium*.

Nesse ensejo, o sistema colegiado de poder forjado por Diocleciano em fins do século III configurava expressão maior da tradicional perspectiva de seleção dos *optimi* como base de legitimação do poder; a escolha, contudo, era limitada ao cume da hierarquia militar, composto por indivíduos advindos das próprias fileiras do exército imperial. Ao mesmo tempo, com a Tetrarquia se ampliava o número de *purpurati* e se redefinia o modelo de adoção imperial, articulando-o à experiência adquirida na vida militar.

No entanto, os acontecimentos que se seguiram à abdicação de Diocleciano em 305 demonstrariam todo o peso que se conferia ao princípio dinástico. Apesar disso, as moedas de Vetranião quase meio século depois congregariam uma tentativa de legitimação tendo por fundamento convenções e modos de representação que aproximavam Vetranião dos antecessores tetrárquicos. Os anversos das Figuras 1.1 e 2.1 portavam a imagem do líder militar austero e devotado ao *munus*, em consonância com aquilo que se notava entre os tetrarcas e que, por seu turno, sofreria alterações a partir de Constantino. A *virtus* de Vetranião, logo, seria reforçada devido à sua vinculação (ver reversos das Figuras 1.1 e 2.1) a signos relacionados à teologia helenístico-romana da vitória, a qual se adicionava outro símbolo, isto é, o lábaro de Constantino. Mediante tal conjunto iconográfico, essas moedas desvelavam um apego à ideia de associação ao poder à maneira da Tetrarquia, em que a imagem de hábil e experiente líder militar faria de Vetranião um *Augusto* apto a governar ao lado de Constâncio II.

Todavia, entre Diocleciano e Vetranião interpunha-se a figura de Constantino. As formas de legitimação do poder de Vetranião apropriar-se-iam, pois, de aspectos da memória do pai de Constâncio II. Ocorre que, no ano de 350, o poder imperial concentrava-se indiviso no interior da dinastia constantiniana havia 25 anos. A associação ao poder era construída, naquele ensejo, sobre laços de sangue. Porém, os olhos dos soldados no Ilírico, a consanguinidade do governante não bastava por si só: tais soldados demandavam que o imperador se fizesse presente, alguém com quem mantivessem uma relação direta. Em função da guerra contra Magnêncio, Constâncio II permaneceria vários meses nas áreas ilíricas; foi na região, inclusive, que a disputa que o opunha a Magnêncio seria decidida a seu favor, em especial depois da vitória obtida em Mursa em setembro de 351. Sendo assim, se a abdicação de Diocleciano em 305 tornaria possível o restabelecimento do modelo de transmissão e partilha do *imperium* em termos dinásticos, a abdicação de Vetranião em 350 registraria a dificuldade em se promover um sistema colegiado de exercício do poder que se constituísse a partir de outros meios que não os dinásticos.¹⁹ Com o curto reinado de Vetranião, assistiu-se, metaforicamente falando, ao ocaso do modelo construído por Diocleciano.

Referências

Documentação numismática

BRUCK, Guido. *Die Spättrömische Kupferprägung*. Ein Bestimmungsbuch für schlecht erhaltene Münzen. Graz: Akademische Druck-U. Verlagsanstalt, 1961.

KENT, John P. C. (ed). *The Roman imperial coinage*. v. VIII. The family of Constantine I A.D. London: Spink & Son, 1981. p. 337-364.

SELLARS, Ian J. *The monetary system of the Romans*. A description of the Roman coinage from early times to the reform of Anastasius. 2013 [Ebook].

Documentação textual

LAKTANZ. *De mortibus persecutorum/Die Todesarten der Verfolger*. Übersetzt und Eingeleitet von Alfons Städele. Turnhout: Brepols, 2003.

EUTROPIO; AURELIO VÍCTOR. *Breviario*; Libro de los Césares. Introducciones, traducción y notas de Emma Falque. Madrid: Gredos, 2008.

EUSEBIUS. *Life of Constantine*. Translated with introduction and commentary by Averil Cameron and Stuart G. Hall. Oxford: Clarendon Press, 1999.

PHILOSTORGIUS. *Church history*. Translated with an introduction and notes by Philip. R. Amidon, S.J. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2007.

ZÓSIMO. *Nueva história*. Introducción, traducción y notas de José M^a Candau Morón. Madrid: Gredos, 1992.

Bibliografia

ANDO, Clifford. *Imperial ideology and provincial loyalty in the Roman Empire*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2000.

ARCE, Javier. La educación del Emperador Constancio II. *L'Antiquité Classique*, Louvain, v. 48, n. 1, p. 67-81, 1979.

BARDILL, Jonathan. *Constantine, divine emperor of the Christian Golden Age*. Cambridge: University Press, 2012.

BARNES, Timothy D. *Athanasius and Constantius*. Theology and politics in the Constantinian Empire. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 1993.

BRIZZI, Giovanni. Ancora su illyriciani e 'Soldatenkaiser': qualche ulteriore proposta per una messa a fuoco del problema. In: URSO, Gianpaolo (a cura di). *Dall'Adriatico al Danubio. L'Illirico nell'età greca e romana*. Pisa: Edizioni ETS, 2004. p. 319-342.

BRUUN, Patrick. The victorious signs of Constantine: a reappraisal. *The Numismatic Chronicle*, London, v. 157, p. 41-59, 1997.

CALLU, Jean-Pierre. La dyarchie constantinide (340-350): les signes d'évolution. In: CHRISTOL, Michel et al. (eds.). *Institutions, société et vie politique dans l'Empire romain au IVe siècle ap. J.-C.* Rome: École Française de Rome, 1992. p. 39-68.

DEARN, Alan. The coinage of Vetranio: imperial representation and the memory of Constantine the Great. *The Numismatic Chronicle*, London, v. 163, p. 169-191, 2003.

DRINKWATER, John F. The revolt and ethnic origin of the usurper Magnentius (350-353) and the rebellion of Vetranio (350). *Chiron*, München, v. 30, p. 131-159, 2000.

EHLING, Kay. Die Erhebung des Nepotianus im Rom im Juni 350 n. Chr. und sein Programm der urbs Roma christiana. *Göttinger Forum für Altertumwissenschaft*, Göttingen, v. 4, p. 141-158, 2001.

EMION, Maxime. Le pouvoir improvisé? Pourpre impériale et diadème des usurpateurs dans l'Antiquité tardive. *Annales de Janua*, Poitiers, n. 5, 2017. [em linha]

FRAKES, Robert M. The dynasty of Constantine down to 363. In: LENSKE, Noel (ed.). *The Cambridge companion to the age of Constantine*. New York: Cambridge University Press, 2006. p. 91-107.

FRANCHI, Ana P. Associação ao poder: adoptio e hereditariedade no governo tetrárquico de Diocleciano. *Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos*, Vitória, n. 7, p. 126-139, 2016. [em linha]

FRIGHETTO, Renan. Da teoria à prática política: o exercício do poder na Antiguidade Tardia. *Helikon*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 16-36, 2014. [em linha]

HEKSTER, Olivier. *Imagining gaps*. Reality gaps in the Roman Empire. 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/1872208/Imagining_Power_Reality_Gaps_in_the_Roman_Empire Acesso em: 8 ago. 2017.

HUNT, David. The successors of Constantine. In: CAMERON, Averil; GARNSEY, Peter (eds.). *The Cambridge Ancient History*. v. XIII (The Late Empire A.D. 337-425). Second edition. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2007 [1998]. p. 1-43.

KOS, Peter. Claustra Alpium Iuliarum – Protecting Late Roman Italy. *Studia Europaea Gnesnensia*, Gniezno, v. 7, p. 233-260, 2013.

L'ORANGE, Hans P. *Art forms and civic life in the Late Roman Empire*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1972. [1965]

LÓPEZ SÁNCHEZ, Fernando. Tiranía y legitimación del poder en la numismática de Magnencio y Constancio II (350-353 dC). *Faventia*, Barcelona, v. 22, n. 1, p. 59-86, 2000.

LÓPEZ SÁNCHEZ, Fernando. La tutelle de l'armée illyrienne sur la dinastie constantinienne (337-361). *Cahiers Numismatiques*, Paris, v. 151, p. 39-55, 2002.

MOREAU, Tiphaine. *Penser et construire une autorité chrétienne dans l'Empire romain: les associations "empereur-croix" dans les textes des IVe et Ve siècles*. 2015. 501 f. Tese (Doutorado em História). École Doctorale Lettres, Pensées, Arts et Histoire, Université de Limoges, Limoges, 2015.

PIETRI, Charles. La politique de Constance II: un premier 'césaropapisme' ou l'imitatio constantini? In: PIETRI, Charles. *Christiana respublica*. Éléments d'une enquête sur le christianisme antique. Rome: École Française de Rome, 1997. p. 281-346.

REES, Roger. Panegyric X(2). In: REES, Roger. *Layers of loyalty in Latin Panegyric AD 289-307*. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 27-67.

SEAR, David R. The denominations of Roman coinage. In: SEAR, David R. *Roman coins and their values*. The millenium edition. v. 1. London: Spink, 2000. p. 17-26.

SEIBEL, Sandra. *Typologische Untersuchungen zu den Usurpationen der Spätantike*. 2004. 240 f. Tese (Doutorado em Alte Geschichte). Universität Duisburg-Essen, Fakultät 2 – Geisteswissenschaften, Duisburg, 2004.

SHOTTER, David. Gods, emperors and coins. *Greece & Rome – Second Series*, Watford, v. 26, n. 1, p. 48-57, 1979.

SILVA, Gilvan Ventura da. Política e propaganda no Baixo Império: um aspecto da reação imperial às usurpações. *História Revista*, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 71-81, 1996.

TANTILLO, Ignazio. "Come un bene ereditario": Costantino e la retorica dell'impero-patrimonio. *Antiquité Tardive*, Paris, v. 6, p. 251-264, 1998.

TRAVAINI, Lucia. La croce sulle monete da Costantino alla fine del Medioevo. In: ULIANICH, Boris; PARENTE, Ulderico (a cura di). *La croce*. Iconografia e interpretazione (secoli I-inizio XVI). v. 2. Napoli; Roma: Elio de Rosa editore, 2007. p. 7-40.

VARNER, Eric R. Roman authority, imperial authoriality, and Julian's artistic program. In: BAKER-BRIAN, Nicholas; TOUGHER, Shaun (eds.). *Emperor and author*. The writings of Julian the Apostate. Swansea: The Classical Press of Wales, 2012. p. 183-211.

WHITBY, Michael. Emperors and armies, AD 235-395. In: SWAIN, Simon; EDWARDS, Mark (eds.). *Approaching Late Antiquity: the transformations from Early to Late Empire*. Oxford: OUP, 2006. p.156-186.

Notas

- 1 Há uma quantidade razoável de fontes literárias tardo-antigas que abordam a figura de Vetranião. A despeito disso, não há narrativa alguma que forneça um relato mais sistematizado sobre o reinado desse imperador (o qual foi, no geral, retratado como um "usurpador"). Dentre os textos mais relevantes, enumeram-se as *Histórias abreviadas* (*Sobre os Césares*), de Aurélio Vítor (elaboradas entre 360-361), a *História Eclesiástica*, de Filostórgio (datada por volta de 430) e a *História Nova*, redigida por Zósimo na virada do século V para o VI.
- 2 Não se pode ignorar o fato de que a adoção dos *Césares*, Galério e Constâncio Cloro, por parte dos *Augustos* Diocleciano e Maximiano, respectivamente, servia para legitimar a construção do colegiado formado pelos referidos governantes a partir de 293; neste sentido, aos predicados militares se adicionavam vínculos de parentesco entre os *Augustos* e os *Césares* mediante os quais se assentava a partição do poder e ordenavam-se os rumos da política sucessória. Para tanto, ver Ana P. Franchi (2016, p. 133-134).
- 3 Em Filostórgio (3.22), vemos que Constantina, irmã de Constâncio II, teria coroado Vetranião como *César* por temer que Magnêncio se assenhoreasse de tudo. Constâncio II, ao tomar ciência do fato, teria enviado um diadema a Vetranião em reconhecimento a sua posição. Por outro lado, Zósimo (2.44.2) registrou que Vetranião e Magnêncio haviam entabulado negociações entre si, ao passo que o próprio Filostórgio (3.22; 3.24) alegaria que Vetranião teria demonstrado alguns "sinais de traição" em relação a Constâncio II.
- 4 Fernando López Sánchez (2002, p. 45, 48) oferece conclusão similar, porém assevera que a revolta de Vetranião deve ser entendida, de modo efetivo, como reação do exército do Danúbio diante do imperador proclamado nas Gálias: "Vetranião não reage em favor de Constâncio II, mas antes por conta da possibilidade de uma invasão do Ilírico".
- 5 Peter Kos (2013, p. 246, 251, 259) sinaliza que, à época de Magnêncio, houve um fortalecimento e ampliação do denominado *Claustra Alpium Iuliarum*, sistema de defesa linear que se estendia ao longo dos Alpes Julianos, área montanhosa localizada justamente entre o nordeste da Itália e o Ilírico.
- 6 Quanto a isso, ver Javier Arce (1979, p. 71).
- 7 Ignazio Tantillo (1998, p. 258-259) mostra como, no decorrer do reinado de Constantino, se formularam percepções que impulsionaram uma justaposição entre "império" e "bem privado". Essas representações do Império romano como pertencente aos constantinianos, "pela vontade de uma divindade que pensa e age por meio de uma perspectiva dinástico-patrimonial", teriam se consolidado nos anos 350, momento em Constâncio II restava como o único dos filhos de Constantino a manter-se vivo.
- 8 A seleção dos objetos norteou-se por sua indicação no oitavo volume do *Roman Imperial Coinage* (RIC).
- 9 A desvalorização das moedas de bronze, que redundou em várias reformas monetárias durante o século IV, nos traz alguns problemas de nomenclatura. Em fins da década de 310, introduziu-se um novo bronze nos centros monetários sob a autoridade de Constantino no Ocidente. Tal peça tinha peso aproximado de três gramas e, ao que parece, foi chamada de *centenionalis*. Todavia, com o passar dos anos também sofreu diminuição em seu tamanho e peso. Em 348, Constante e Constâncio II promoveram nova reforma do numário em bronze, o que acarretou na criação de bilhões denominados *maiorinae*, com dois pesos padrão (aproximadamente 5.2 e 4.5 gramas) e peças divisionárias por volta de 2.6 gramas. Manteve-se, porém, a produção dos antigos *centenionales*, cujo peso passou a ser de 2.4 gramas. Para tanto, ver David R. Sear (2000, p. 24) e Ian J. Sellars (2013, p. 561-562).
- 10 Jonathan Bardill (2012, p. 11) ressalta que, após o ano de 310, as formas de representação pública acerca de Constantino denotaram um esforço no sentido de diferenciá-lo do sistema tetrárquico que o precedia.
- 11 Ver RIC V/II 334(D).
- 12 Para tanto, ver RIC VIII 112 (Lyon) e 137 (Arles). Foi justamente nesse primeiro momento do reinado de Magnêncio que certos lugares como Roma e Aquileia confeccionaram moedas de bronze também em nome de Constâncio II – fenômeno, como vimos, que ainda ocorreria nos territórios sob o governo de Vetranião. Em tais peças, o busto de Constâncio II foi representado com o diadema (SELLARS, 2013, p. 555).
- 13 Vide, por exemplo, RIC VIII 239 (Lyon), 108 (Sirmio) e 218 (Tessalônica).
- 14 Recordemos que, "adotados" por Júpiter e Hércules a partir de 287, Diocleciano e Maximiano passariam a dispor de laços de parentesco. Isto não era possível no caso de Vetranião.
- 15 Dearn (2003, p. 180) rejeita a possibilidade de que Vetranião buscasse legitimar-se por meio de uma remissão aos tetrarcas, argumentando que a "tradição dinástica constantiniana", divulgada a partir das moedas lançadas para Constâncio II, conferiria "maior legitimidade" em 350 do que símbolos e valores que remetessem há meio século. Porém, as emissões monetárias de Juliano enfraquecem a posição assumida por Dearn.

16 Lucia Travaini (2007, p. 13) propõe que a utilização do cristograma findou por associar-se tão fortemente a “usurpadores” que, após a morte de Magnêncio, jamais se incluiria nas emissões orientais e apenas em casos excepcionais no Ocidente. Somente a partir da dinastia valentiniana se notam emissões contendo o *Chi-Rho*, em processo de assimilação, porém, com a cruz, o que então enfatizava o aspecto cristão das figurações do símbolo.

17 David Shotter (1979, p. 55) já destacava o fato de que a legenda HOC SIGNO VICTOR ERIS presente nos bronzes de Vetranião congregasse uma tentativa do soberano de posicionar-se enquanto “descendente político” de Constantino.

18 Para tanto, ver Giovanni Brizzi (2004, p. 324).

19 A abdicação sem derramamento de sangue evidencia “*la intensidad del enfrentamiento*” entre Vetranião e Constâncio II: as Figuras 1.2 e 2.2 esclarecem que o primeiro não pretendia empunhar armas contra o segundo. Igualmente, o término do reinado de Vetranião aclarava a força da tradição e dos laços dinásticos representados pela figura de Constâncio II. É por isto que a cunhagem de Vetranião não se alicerçou sobre “*una postura propagandística de confrontación con el poder constituido y legítimo*” (LÓPEZ SÁNCHEZ, 2000, p. 75).

Moisés ANTIQUEIRA. Professor Doutor. Colegiado de História e Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. Rua Pernambuco, 1777, Marechal Cândido Rondon, 85.960-000 Paraná, Brasil.

Recebido em: 14/09/2017

Aprovado em: 26/10/2017